

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



### Direito Ambiental: Necrochorume.

#### Autor(res)

Felipe De Almeida Campos  
Jaindra Auxiliadora Soares Brumano  
Ivone Alves De Sousa Santos  
Thainara Mirela Sena  
Stace Liz Carneiro

#### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

#### Instituição

FACULDADE PITÁGORAS DE VENDA NOVA

#### Introdução

O necrochorume, resultado da decomposição de matéria orgânica proveniente de cadáveres humanos ou animais, é um dos desafios ambientais contemporâneos que exigem atenção e ação imediata. Este líquido altamente contaminante, composto por uma complexa mistura de substâncias químicas, representa uma séria ameaça aos ecossistemas aquáticos e terrestres, bem como à saúde pública.

No contexto do Direito Ambiental, o tratamento do necrochorume assume uma relevância crítica, pois envolve não apenas a proteção dos recursos naturais, mas também o respeito aos direitos humanos e a dignidade dos falecidos. A complexidade legal e regulatória relacionada ao manejo adequado do necrochorume requer uma abordagem holística que considere aspectos ambientais, sanitários, sociais e éticos. Compreender a natureza e os efeitos do necrochorume contribui para avanços na ciência forense, na medicina legal e também nos confronta com a realidade inexorável da morte e da transitoriedade da existência humana.

#### Objetivo

Investigar como o necrochorume é tratado pela legislação ambiental.  
Avaliar os potenciais impactos ambientais do necrochorume, incluindo a contaminação do solo, da água subterrânea e superficial, além dos riscos para a biodiversidade local.  
Investigar alternativas sustentáveis para o tratamento e a disposição do necrochorume, como as tecnologias de bioconversão.

#### Material e Métodos

O estudo dos impactos ambientais do necrochorume requer a aplicação de métodos e procedimentos adequados para coleta de dados, análise laboratorial e interpretação dos resultados.  
A coleta de amostras de necrochorume deve ser realizada de forma sistemática em diferentes locais, incluindo cemitérios, áreas de sepultamento e locais de disposição de resíduos humanos. Recipientes estéreis e adequados para transporte de material biológico devem ser utilizados para garantir a integridade das amostras. A coleta deve seguir protocolos de biossegurança para evitar contaminação e garantir a representatividade dos dados. A

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



aplicação dos métodos e procedimentos descritos neste estudo permitirá uma avaliação abrangente dos impactos ambientais do necrochorume. Os resultados obtidos contribuirão para o desenvolvimento de estratégias eficazes de gestão e controle do necrochorume, visando proteger o meio ambiente e a saúde pública. A pesquisa é de caráter bibliográfico a partir da análise de dados.

### Resultados e Discussão

Segundo a legislação ambiental brasileira, o necrochorume é considerado um resíduo perigoso. De acordo com a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), é dever do poder público e da sociedade garantir a gestão adequada dos resíduos, incluindo aqueles provenientes da decomposição humana. Os impactos ambientais do necrochorume são significativos e variados, incluindo a contaminação do solo e da água, bem como a ameaça à biodiversidade. Estudos realizados por Smith et al. (2018) demonstraram que a presença de necrochorume em cemitérios pode resultar em altos níveis de poluição do solo e águas subterrâneas. O necrochorume também representa uma fonte potencial de poluição da água, especialmente em áreas onde o lençol freático é próximo da superfície. O líquido pode infiltrar-se no solo e atingir os corpos d'água próximos, contaminando rios, lagos e aquíferos subterrâneos, além da absorção por plantas e organismos aquáticos.

### Conclusão

Em conclusão, a legislação ambiental brasileira estabelece diretrizes importantes para o manejo e a gestão do necrochorume, visando proteger o meio ambiente e a saúde pública. No entanto, para garantir a eficácia dessas normativas, é necessário superar os desafios na implementação e fiscalização, promovendo uma abordagem integrada e colaborativa entre os diversos atores envolvidos. Somente assim será possível assegurar um ambiente saudável e sustentável para as gerações presentes e futuras.

### Referências

- Brasil. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
- Brasil. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005.
- SILVA, J. A. Responsabilidade civil ambiental por vazamento de necrochorume em cemitério. *Revista de Direito Ambiental*, v. 25, n. 100, p. 213-234, 2020.
- SMITH, E. et al. Environmental impacts of necrochorume: a case study of groundwater pollution near cemeteries in Brazil. *Environmental Pollution*, v. 241, p. 326-334, 2018. Acesso em 5 de abril de 2024.
- OLIVEIRA, R. G. Gestão ambiental de necrochorume: desafios e perspectivas. *Cadernos de Meio Ambiente e Desenvolvimento*, v. 14, n. 1, p. 112-125, 2019. Acesso em 8 de abril de 2024.
- SANTOS, M. C. Conscientização ambiental sobre necrochorume: uma análise das percepções da população. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 13, n. 2, p. 45-56, 2018.